

Sumário

Introdução	1
1 O Emprego Público	3
1.1 Introito.....	3
1.2 O vínculo de emprego e o contrato de trabalho na iniciativa privada	4
1.2.1 Elementos caracterizadores da relação de emprego	5
1.2.1.1 Pessoa física.....	7
1.2.1.2 Pessoaalidade.....	8
1.2.1.3 Onerosidade	12
1.2.1.4 Subordinação	14
1.2.1.5 Habitualidade ou não eventualidade.....	25
1.2.1.6 Ausência de risco.....	28
1.2.2 Natureza jurídica da relação de emprego.....	29
1.2.3 O contrato de trabalho	33
1.2.3.1 Elementos essenciais do contrato de trabalho	33
1.2.3.2 Elementos acidentais do contrato de trabalho.....	37
1.2.3.3 Elementos naturais do contrato de trabalho.....	38
1.3 A adoção do emprego público: plano pragmático.....	38
1.4 A adoção do emprego público: análise dogmática	48

1.4.1 O fundamento do vínculo estatutário no regime jurídico administrativo.....	48
1.4.2 Hipóteses válidas de emprego público.....	52
1.4.2.1 Empregados de empresas estatais exploradoras de atividade econômica.....	53
1.4.2.2 Empregados estabilizados nos termos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.....	53
1.4.2.3 Funções que independem de imunização	57
1.4.2.4 Servidores temporários	58
1.5 Conclusão do capítulo	67
2 As Empresas Estatais	69
2.1 Introito.....	69
2.2 Domínio público e domínio privado	69
2.3 Subsidiariedade e intervenção estatal na ordem econômica	75
2.4 Escorço histórico das empresas estatais no Brasil.....	79
2.5 Empresas estatais na Constituição da República de 1988.....	82
2.5.1. Empresas públicas e sociedades de economia mista.....	86
2.5.2. Fases de compreensão das empresas estatais.....	88
2.5.3. Empresas estatais prestadoras de serviços públicos	91
2.5.4 Empresas estatais exploradoras de atividade econômica.....	95
2.5.4.1 Relevante interesse coletivo e imperativos de segurança nacional	97
2.5.4.2 Empresas estatais exploradoras de atividade econômica e o lucro.....	104

2.5.5 Patrimônio	109
2.5.6 Responsabilidade civil	111
2.5.7 Controle pelos Tribunais de Contas	114
2.5.8 Imunidade tributária	115

3 A Utilização de Formas de Direito Privado pela Administração Pública..... 121

3.1 Introito.....	121
3.2 A necessidade de uma abordagem científica do direito	121
3.3 Direito e Ciência.....	125
3.3.1 Objeto formal: princípios da supremacia do interesse público sobre o privado e da indisponibilidade do interesse público	133
3.3.1.1 Princípio da supremacia do interesse público sobre o privado	133
3.3.1.2 Princípio da indisponibilidade do interesse público	138
3.4 A discricionariedade na escolha das formas.....	139
3.5 Classes de direito público e classes de direito privado	144
3.5.1 Breves apontamentos sobre a Teoria das Classes	145
3.5.2 Apresentação dos critérios classificatórios.....	150
3.5.3 Ato versus Contrato	154
3.5.3.1 O “contrato” de emprego no direito público	159
3.5.4 Cargo versus Emprego	165
3.5.4.1 O ato administrativo bilateral de forma privada e vestes celetárias.....	175

3.5.5 Autarquias versus Empresas	177
3.6 Axiologia no direito público e no direito privado	179
3.6.1 O ato de valoração legislativa	180
3.6.2 Os valores como referenciais	181
3.6.3 Breves apontamentos sobre o uso da linguagem	186
3.6.4 Atos e contratos sob a ótica dos valores	189
3.7 Classes de direito privado na Administração Pública: necessidade de releitura à luz de uma teoria geral do direito público	194
3.8 Conclusão do capítulo	199
4 O Regime Jurídico do Vínculo Funcional nas Empresas Estatais.....	201
4.1 Introito	201
4.2 O regime jurídico do vínculo funcional dos empregados das empresas estatais prestadoras de serviços públicos.....	202
4.2.1 Admissão	203
4.2.2 O regime na constância do vínculo	206
4.2.2.1 Estabilidade.....	208
4.2.2.2 Disponibilidade.....	210
4.2.2.3 Outras formas de provimento.....	213
4.2.2.4 Irredutibilidade de vencimentos.....	215
4.2.2.5 Regime Previdenciário.....	219
4.2.2.6 Cumulação de cargos e vencimentos	223
4.2.3 Término do vínculo	226

4.3 O regime jurídico do vínculo funcional dos empregados das empresas estatais exploradoras de atividade econômica.....	231
4.3.1 Admissão	232
4.3.1.1 O concurso público como requisito essencial	232
4.3.1.2 Situação excepcional: agentes de fato	235
4.3.1.3 A acessibilidade e as regras trabalhistas	237
4.3.1.4 Restrições da legislação eleitoral	238
4.3.1.5 Irrupções do regime jurídico administrativo: } a competência para julgamento de ação que } questiona ato do concurso público	239
4.3.2 O vínculo	241
4.3.2.1 Habitualidade vs investidura.....	242
4.3.2.1.1 A teoria do fato consumado e a habitualidade	243
4.3.2.2 Subordinação vs sujeição especial	246
4.3.2.2.1 As relações especiais de sujeição	246
4.3.2.2.2 Consequências da sujeição especial	249
4.3.3 O regime na constância do vínculo	254
4.3.3.1 Ausência de estabilidade e o dever de motivação do ato de dispensa	255
4.3.3.2 A principiologia do direito do trabalho em contato com a coluna normativa do regime jurídico administrativo.....	258
4.3.3.2.1 O princípio da condição mais benéfica	260
4.3.3.2.2 O princípio da norma mais favorável.....	263
4.3.3.2.3 O princípio do in dubio pro operario.....	271

4.3.3.3 Aspectos remuneratórios	272
4.3.3.3.1 Irredutibilidade salarial	273
4.3.3.3.2 Cumulação remunerada de cargos, empregos e funções.....	278
4.3.3.3.3 Ascensão funcional	280
4.3.4 Término do vínculo	282
4.3.4.1 Inexistência de perdão tácito	286
4.3.4.2 Reconsideração do aviso prévio	288
4.3.5 Aposentadoria.....	290
4.3.6 Prescrição	294
4.4 Conclusão do capítulo.....	297
5 Considerações Finais.....	299
Referências.....	303